

# INDICADORES SOCIAIS



# INDICADORES SOCIAIS

- **A demanda por informações sociais e demográficas de políticas públicas municipais no Brasil tem sido grande.**

# UTILIZAÇÃO DOS INDICADORES

- 1) Subsidiar a elaboração de planos diretores de desenvolvimento urbano e planos plurianuais de investimentos;**
- 2) Avaliar os impactos ambientais decorrentes da implantação de grandes projetos;**
- 3) Justificar o repasse de verbas federais para a implementação de programas sociais;**

# UTILIZAÇÃO DOS INDICADORES

- 4) **Atender à necessidade de disponibilizar equipamentos ou serviços sociais para públicos específicos, por exigência legal (portadores de deficiência física, por ex.) ou por pressão política da sociedade local (melhoria dos serviços de transporte urbano) (Januzzi, 2002).**

# ESTATÍSTICAS MUNICIPAIS

- **Principais Recursos para a organização de sistemas de informação de estatísticas municipais:**
  - sistemas de georeferenciamento
  - pacotes estatísticos
  - construção de indicadores para diagnóstico social e focalização de políticas

# ESTATÍSTICAS MUNICIPAIS

- **No Brasil, as estatísticas sociais, econômicas e demográficas usadas para construir os indicadores são produzidas pelo IBGE, agências estaduais de estatística, ministérios e secretarias que integram o Sistema de Produção e Disseminação de Estatísticas Públicas.**

# ESTATÍSTICAS MUNICIPAIS

- **É preciso que as administrações municipais se esforcem para estruturar seu próprio sistema de informações municipais, compilando e organizando os dados de saúde, educação, cadastro imobiliário, cadastro de assistência social.**

# ESTATÍSTICAS MUNICIPAIS

- **O esforço de atualização tecnológica para armazenamento, tratamento e consulta dos indicadores sociais não tem sido acompanhado de um aprofundamento analítico para utilização no processo de formulação e avaliação de políticas públicas.**

# HISTÓRICO DOS INDICADORES SOCIAIS

- **A origem dos Indicadores Sociais está ligada à consolidação das atividades de planejamento do setor público no século XX.**
- **Ganhou corpo científico a partir de 1960. Neste período evidencia-se o descompasso entre crescimento econômico e melhoria das condições sociais da população em países do terceiro mundo.**

# HISTÓRICO DOS INDICADORES SOCIAIS

- **O indicador PIB percapita, até então utilizado como referência do nível de desenvolvimento sócio-econômico dos países torna-se cada vez menos apropriado como medida representativa do bem-estar social.**
- **Esforço para medir bem-estar e mudança social.**

# HISTÓRICO DOS INDICADORES SOCIAIS

- **Década de 80 com o aprimoramento de novas experiências de formulação e implementação de políticas públicas (planejamento local, planejamento participativo) a adequação dos indicadores sociais acabou sendo restabelecida.**

# FUNÇÃO DO INDICADOR

- **Indicador é uma medida quantitativa que substitui, quantifica ou operacionaliza um conceito social (abstrato, de interesse teórico / pesquisa acadêmica) ou pragmático, para formulação e reformulação de políticas públicas.**

# FUNÇÃO DO INDICADOR

- Podemos defini-lo como sinais que revelam aspectos de determinada realidade e que podem qualificar algo. Por ex., para saber se a economia vai bem utilizamos como indicadores a inflação e a taxa de juros.
- É um recurso empírico que informa algo sobre um aspecto de realidade social ou sobre mudanças que estão ocorrendo na mesma.

# FUNÇÃO DO INDICADOR

- **Subsidiaram as atividades de planejamento público e formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo;**
- **Permitem monitoramento por parte do poder público e da sociedade civil das condições de vida e bem-estar da população.**
- **Permitem uma definição mais adequada das prioridades sociais e da alocação de recursos do orçamento público.**

# FUNÇÃO DO INDICADOR

- **Um indicador consistente deve estar relacionado a um modelo de intervenção social mais geral, em que estejam explicitados as variáveis e categorias analíticas relevantes e o encadeamento causal ou lógico que as relaciona.**

# **FUNÇÃO DO INDICADOR**

- **Neste caso os indicadores sociais servem tanto para informação básica para a construção de diagnósticos sobre a realidade social, dirigindo o desenho das políticas e programas, quanto como instrumento de medida de eficiência, eficácia e impacto das políticas e programas.**

# FUNÇÃO DO INDICADOR

- Apesar do esforço de atualização tecnológica para armazenamento, tratamento e consulta dos indicadores, este processo não foi acompanhado de um aprofundamento analítico efetivo no uso desses indicadores no processo de formulação de políticas públicas.

# FUNÇÃO DO INDICADOR

- **A construção dos indicadores dependerá do uso a que devam servir, estabelecem um certo padrão normativo a partir do qual:**

# FUNÇÃO DO INDICADOR

- avalia-se o estado social da realidade em que se quer intervir, construindo-se um diagnóstico que alimente o processo de definição de estratégias e prioridades.
- avalia-se o desempenho das políticas e programas, medindo-se o grau em que seus objetivos foram alcançados (eficácia), o nível de utilização de recursos (eficiência) ou as mudanças operadas no estado social da população alvo (impacto).

# FUNÇÃO DO INDICADOR

- A qualidade de vida é o tema – dentro do debate sobre indicadores sociais – sobre os quais mais se tem publicado recentemente.



# ESCOLHA DO INDICADOR

- Além da relevância para discussão da agenda da política social, de sua validade em representar o conceito indicado e da confiabilidade dos dados usados na sua construção, o indicador social deve:

# ESCOLHA DO INDICADOR

- ter um grau de cobertura populacional adequado aos propósitos a que se presta;
- ser sensível a políticas públicas implementadas;
- ser específico a efeitos de programas setoriais;
- ser inteligível para agentes e públicos alvo das políticas;

# ESCOLHA DO INDICADOR

- **ser atualizável periodicamente, a custos razoáveis;**
- **ser desagregável em termos geográficos, sócio-demográficos e sócio-econômicos;**
- **gozar de certa historicidade para possibilitar comparações no tempo.**

# ESCOLHA DO INDICADOR

- **Deve-se levar em conta que a criação de indicadores pressupõe a definição normativa de valores e normas consensuais sobre o bem-estar, e que estas devem ser definidas em fóruns ampliados de participação popular.**

# ESCOLHA DO INDICADOR

- **A seleção de indicadores é uma tarefa delicada, pois não existe uma teoria formal que permita orientá-la com estrita objetividade. É preciso garantir que exista, de fato, uma relação recíproca entre o indicado (conceito) e os indicadores propostos.**

# ESCOLHA DO INDICADOR

- **Várias formas de classificação dos indicadores na formulação de políticas públicas. O mais conhecido:**
  - **indicadores para avaliação da eficiência dos meios e recursos empregados;**
  - **indicadores para avaliação da eficácia no cumprimento das metas e indicadores;**
  - **indicadores para avaliação da efetividade social do programa – justiça social, contribuição para o aumento da sociabilidade e engajamento político.**

# EFICÁCIA

- **“refere-se ao resultado efetivamente alcançado. Em uma perspectiva mais ampla, pode-se considerar que eficácia corresponde ao resultado de um processo; entretanto, contempla também a orientação metodológica adotada e a atuação estabelecida na consecução de objetivos e metas, em um tempo determinado, tendo em vista o plano, programa ou projeto originalmente proposto” (BELLONI, 2000, p.65).**

# EFICIÊNCIA

- **“Diz respeito ao grau de aproximação e à relação entre o previsto e o realizado, no sentido de combinar os insumos e implementos necessários à consecução dos resultados visados (...) Responde fundamentalmente à pergunta sobre como as ações são desenvolvidas” (BELLONI, 2000, p.63).**

# EFETIVIDADE

- **“Refere-se à relação entre objetivos e metas, de um lado, e impactos e efeitos, de outro. Ou seja, a efetividade de um programa se mede pelas quantidades e níveis de qualidade com que realiza seus objetivos específicos, isto é, as alterações que se pretende provocar na realidade sobre a qual o programa incide” (DRAIBE, p.36).**

- **Cada fase do processo de  
formulação e  
implementação da política  
social requer o emprego  
de indicadores específicos.**

# INDICADORES SOCIAIS

- **Se diferenciam quanto à natureza do item indicado:**
  - **Recurso (indicador insumo):** Correspondem às medidas associadas à disponibilidade de recursos humanos, financeiros ou equipamentos alocados para um processo ou programa.
  - **Realidade Empírica (indicador produto):** referidos às variáveis resultantes de processos sociais complexos. Por ex., esperança de vida ao nascer.

# INDICADORES SOCIAIS

- Enquanto os indicadores-insumo quantificam os recursos disponibilizados nas diversas políticas sociais, os indicadores produtos tratam os resultados efetivos dessas políticas.

# INDICADORES SOCIAIS

- **Fluxo (indicador processo):** traduzem em medidas quantitativas o esforço operacional de alocação de recursos humanos físicos ou financeiros (insumos) para obtenção de melhorias efetivas de bem estar (produto). Por ex., merendas escolares distribuídas diariamente por aluno.

# ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO PLANEJAMENTO PÚBLICO

- **O IDH do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) surge nos anos 80 para substituir o índice do produto interno bruto como indicador do desenvolvimento sócio-econômico, entendido como nível de renda, nível de emprego, etc, deslocando o debate para aspectos de natureza social, entendidos principalmente como qualidade de vida.**

# IDH

- O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – ONU – diz respeito à possibilidade de se estabelecerem padrões mínimos universais de qualidade de vida, válidos para todos os países e culturas. O IDH baseia-se numa metodologia comparativa que identifica as diferenças sem indicar parâmetros mínimos.

# IDH

- **Para o Pnud, o desenvolvimento humano deveria ser entendido como um processo dinâmico e permanente de ampliação das oportunidades dos indivíduos para a conquista de níveis crescentes de bem-estar.**

# IDH

- **Deveria garantir entre outros aspectos, oportunidades crescentes de acesso à educação e cultura, a condições de desfrutar uma vida saudável e longa e a condições de dispor de recursos suficientes para o consumo adequado de bens e serviços.**

# IDH

- **Para incluir a idéia de qualidade de vida o IDH baseia-se na noção de capacidades, ou seja, aquilo que uma pessoa está apta a realizar ou fazer. O desenvolvimento humano teria como significado mais amplo, a expansão não apenas da riqueza, mas das capacidades das pessoas serem responsáveis por atividades e estados mais valiosos e valorizados.**

# IDH

- **Incorpora como medida de desenvolvimento os níveis de saúde e educação por tratar-se de estados ou habilidades que permitam uma expansão das capacidades, ou inversamente que a limitação da saúde e da educação colocam-se como obstáculos à plena realização das potencialidades humanas.**

# **IDH**

- **IDH combina quatro indicadores básicos:**
  - **taxa de analfabetismo**
  - **número médio de anos de estudo**
  - **renda per capita**
  - **esperança de vida.**

# ICV

- **Índice de Condição de Vida**  
**amplia o IDH combinando 27**  
**indicadores que formam seis**  
**sub-itens:**

# ICV - EDUCAÇÃO

- **Mede o acesso ao conhecimento e resulta de cinco itens: analfabetismo, médias de anos de estudo e as porcentagens de adultos com menos de quatro anos de estudo, com menos de oito anos de estudo e mais de onze anos de estudo.**

# ICV - INFÂNCIA

- **Avalia o desenvolvimento infantil compilando quatro itens: a porcentagem da população entre 7 e 14 anos que não frequenta a escola, a defasagem média, as porcentagens dos estudantes com mais de um ano de atraso escolar e das crianças trabalhando.**

# ICV - TRABALHO

- **Mede o mercado de trabalho e renda e é composto de sete itens: taxa de participação da população economicamente ativa, desemprego, percentual dos que trabalham menos de 30 horas semanais, carteira assinada, percentual de empregados na indústria ou nos serviços produtivos, salário mediano e salário hora inferior a dois salários mínimos.**

# ICV - HABITAÇÃO

- **Leva em consideração quatro itens: a densidade superior a duas pessoas por domicílio, a durabilidade do material usado, o abastecimento de água e o acesso adequado a esgotamento sanitário.**

# ICV - RENDA

- **Mede o acesso a recursos monetários usando cinco itens: a renda familiar per capita, a porcentagem de pobres, a insuficiência média de renda, o índice de pobreza e o índice de desigualdade de renda (Theil-I).**

# ICV - LONGEVIDADE

- **Usa dois itens: esperança de vida ao nascer e a taxa de mortalidade infantil.**

- **Para São Paulo foi criado o Índice Paulista de Responsabilidade Social com os seguintes critérios:**

<b>Dimensões</b>	<b>Indicadores de Resultados</b>	<b>Indicadores de Esforço</b>	<b>Indicadores de participação</b>
<b>Longevidade</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- esperança de vida ao nascer</li> <li>- mortalidade infantil</li> <li>- mortalidade perinatal</li> <li>- mortalidade entre a população com mais de 60 anos</li> <li>- mortalidade entre a população de 15 a 39 anos</li> <li>- proporção de nascidos vivos de mães de 15 a 19 anos</li> <li>- óbitos por causas maldefinidas</li> <li>- nascidos vivos com baixo peso</li> <li>- nascidos vivos de mães de 15 a 19 anos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- despesa per capita em programas de saúde e saneamento</li> <li>- mães que realizaram mais de seis consultas de atendimento pré-natal</li> <li>- redução do número de partos por cesareana</li> <li>- médicos por habitante</li> <li>- dentistas por habitante</li> <li>- enfermeiros por habitante</li> <li>- consultas por habitante</li> <li>- abastecimento de água domiciliar</li> <li>- esgotamento sanitário</li> <li>- coleta de lixo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- existência do Conselho Municipal de Saúde</li> <li>- data de instituição do Cons. Municipal de Saúde</li> <li>- composição do Cons. Municipal de Saúde</li> <li>- periodicidade das reuniões do Cons. Municipal de Saúde</li> <li>- conferências municipais realizadas pela Prefeitura</li> </ul>
<b>Educação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- analfabetismo entre a população de 15 a 19 anos</li> <li>- frequência à creche</li> <li>- frequência à pré-escola</li> <li>- alunos do ensino fundamental com defasagem idade-série</li> <li>- conclusão do ensino fundamental para pessoas de 15 a 19 anos</li> <li>- frequência ao ensino médio para pessoas de 15 a 19 anos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- despesa per capita em programas de educação e cultura</li> <li>- participação da rede municipal nas matrículas em educação infantil</li> <li>- participação da rede municipal nas matrículas do ensino fundamental</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- existência do Cons. Municipal de Educação</li> <li>- data da instituição do Cons. Municipal de Educação</li> </ul>
<b>Renda</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- rendimento médio em emprego formal</li> <li>- consumo de energia elétrica residencial urbana</li> <li>- consumo de energia elétrica rural</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- valor adicionado fiscal per capita</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- existência da Comissão Municipal de Emprego</li> </ul>

# INDICADORES SOCIAIS

- Os indicadores servem como instrumentos de avaliação de políticas públicas.
- Critérios de avaliação estão baseados em alguma concepção de bem-estar, o que permitiria definir prioridades entre os critérios.

# CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

- **A utilização de critérios puramente econômicos nas avaliações de eficiência são problemáticos e polêmicos. Devem ser incluídos custos econômicos e administrativos stritu-sensu (eficiência instrumental) e custos e benefícios políticos (eficiência política) definida pela relação entre os custos sociais e políticos e os benefícios dele decorrentes.**

# CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

- **A introdução dos custos sociais e políticos tem a ver com a dimensão pública da ação governamental que diferencia as ações dos organismos privados ou semi-públicos, não-submetidos às demandas sociais e às pressões políticas que permeiam as políticas governamentais.**

# CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

- **Para que a utilização dos índices de qualidade de vida como informação básica na discussão do processo de decisão política é necessário:**

# **CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO**

**1) um aparato administrativo e técnico de gestão capacitado e contando com recursos adequados que permitam planejar de forma consistente as suas ações – não é uma questão meramente técnica ou administrativa.**

# CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

**2) possibilidade de maior efetividade da participação popular em conselhos ou outros fóruns deliberativos, depende de que se saiba exatamente sobre o que se está decidindo e quais as conseqüências de cada decisão.**

# UTILIZAÇÃO DE INDICADORES

- **A utilização de indicadores pode ser um instrumento eficaz no fortalecimento da participação popular e do controle social desde que:**

# UTILIZAÇÃO DE INDICADORES

- tenha clareza e estabeleça-se um consenso, entre os atores sociais envolvidos, sobre os objetivos a serem atingidos;
- tenha um diagnóstico amplo sobre a situação a ser tratada que inclua indicadores sobre o estado social da população alvo;

# UTILIZAÇÃO DE INDICADORES

- **definidos os diagnósticos e os objetivos estabelecer metas e prazos, associados a indicadores que permitam aferir resultados finais e monitorar o andamento das ações;**
- **os indicadores devem ser divididos segundo sua capacidade de aferir eficiência, eficácia ou impacto;**
- **os indicadores de impacto devem aferir mudanças objetivas, subjetivas e substantivas.**

# **GESTÃO DO CONHECIMENTO**

- **Uma das possibilidades é a utilização da Gestão do Conhecimento na gestão local.**
- **A Gestão do Conhecimento e o Uso da Inteligência Competitiva estão relacionados com as mudanças ocorridas na base do sistema produtivo onde informação e conhecimento desempenham um papel fundamental.**

# GESTÃO DO CONHECIMENTO

- **O conhecimento nas organizações já é utilizado a algum tempo, mas só recentemente foi reconhecido que o conhecimento é um recurso que precisa ser gerenciado, pois as empresas tendem a se diferenciar pelo que elas sabem e pela forma como conseguem usar esse conhecimento.**

# GESTÃO DO CONHECIMENTO

- **As novas exigências de um mercado globalizado e de acirrada concorrência levaram as organizações na década de 80, a adotarem a inteligência competitiva no desenvolvimento dos programas de qualidade e produtividade.**

# GESTÃO DO CONHECIMENTO

- **Nas organizações a inteligência competitiva pode ter a função de ferramenta para gestão da inovação tecnológica, de instrumento para a tomada de decisão e de agregar valor à função da informação.**

# GESTÃO DO CONHECIMENTO

- **Conjunto de Definições de Inteligência Competitiva permite identificá-la como um sistema que possibilita às organizações, coleta sistemática de dados, tratamento e análise da informação sobre o ambiente de negócios, dar aos competidores e à organização mecanismos para instruir a tomada de decisão, visando a conquista de vantagem competitiva.**

# **GESTÃO DO CONHECIMENTO**

- **Dificuldades com relação ao uso da Inteligência Competitiva na Formulação e Implementação de Políticas Públicas.**
- 1) **Utilização do termo – outras denominações Inteligência Empresarial, Inteligência de Marketing e Gestão Estratégica do Conhecimento – para o setor público Inteligência da Gestão Pública?**

# **GESTÃO DO CONHECIMENTO**

- 2) Competição no setor privado refere-se ao mercado e às relações econômicas que se estabelecem entre os vários agentes.**
- Competição pública refere-se à prestação de serviços públicos à cidadãos que pressupõe uma estrutura institucional e participativa.**

# GESTÃO DO CONHECIMENTO

**3) Mecanismo de controle no setor privado é o mercado, autonomia na escolha das estratégias e da decisão. Mecanismo de controle no setor público é o interesse público de forma a democratizar a decisão.**

# GESTÃO DO CONHECIMENTO

**4) Diferentes racionalidades presentes na formulação e execução de políticas públicas: imperativo político e racionalidade instrumental.**

# **INTELIGÊNCIA COMPETITIVA**

- **Apesar das dificuldades a Inteligência Competitiva pode se tornar uma importante ferramenta de coordenação na formulação e implementação de políticas públicas.**

# INTELIGÊNCIA COMPETITIVA

- Saber gerenciar o conhecimento significa ter um pessoal comprometido em equipes de trabalho que saibam escutar, dar continuamente *feedback*, não cair na tendência das estruturas hierárquicas tradicionais de “matar” quem diz a verdade, mas estimulá-lo a refletir.

# **INTELIGÊNCIA COMPETITIVA**

- **Passos para a utilização da Inteligência Competitiva na Formulação e Implementação de Políticas Públicas:**

# INTELIGÊNCIA COMPETITIVA

- **Diagnóstico da Situação Municipal que inclua indicadores de infra estrutura econômica e social – IDH – Índice de Desenvolvimento Humano; migração, comércio, indústria e serviços, dívida pública municipal, capacidade de atração e expectativa da sociedade global.**

# INTELIGÊNCIA COMPETITIVA

- **O conhecimento de como o município está organizado social, econômica e politicamente faria parte de uma estratégia operacional.**

# INTELIGÊNCIA COMPETITIVA

- **Esse diagnóstico permitiria definir uma vocação para a cidade e**
  - **estratégia operacional de desenvolvimento (crescimento não garante distribuição, qualidade de vida)**
  - **estratégia de distribuição da qualidade de vida.**

